

Economia - Brasil

O que falta para o crescimento

Segundo o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros, dentro de um ano e meio ou dois, o Brasil poderá retomar o crescimento econômico. O prazo pode parecer muito longo, mas essa não é a questão mais importante, neste momento. A questão é que o governo, simplesmente, não poderá arbitrar o momento da retomada. É preciso vencer obstáculos reais, antes de o Brasil poder voltar a ter uma expansão econômica sustentável. O obstáculo ao crescimento não está tanto nos juros muito altos, quanto no que torna esses juros necessários.

"A crise na Ásia exacerbou justamente os problemas que vínhamos enfrentando na condução da política econômica", disse ao **Estado** o secretário Mendonça de Barros. "É uma espécie de teste", acrescentou, "sobre quão consolidado está o programa de estabilização." Ele não indicou a nota obtida no teste, limitando-se a apontar as tarefas incompletas: é preciso concluir as reformas administrativa, previdenciária e tributária, equilibrar as contas públicas e reduzir o déficit na conta corrente do balanço de pagamentos. Em outras palavras, trata-se de avançar na direção escolhida antes da crise.

O desequilíbrio externo tornou o Brasil especialmente vulnerável a instabilidades como a ori-

ginada na Ásia. Algum déficit na conta corrente do balanço de pagamentos seria tolerável e até necessário à aceleração do crescimento econômico se esse déficit resultasse de um grande esforço de investimento. Seguramente, não foi esse o caso, nos últimos anos. A dependência de financiamento externo cresceu desde o lançamento do real, não só por causa do desequilíbrio nas contas públicas, mas também como consequência de erros na política industrial e comercial. Política, nesse caso, deve ficar mesmo no singular, pois, numa economia aberta, a separação entre o mercado interno e o mercado externo só vale para uns poucos segmentos, como o da construção civil.

Uma das metas indicadas pelo secretário de Política Econômica mostra como a economia derivou para um rumo perigoso. Nos próximos dois anos, segundo ele, será possível diminuir de 4,15% para algo entre 3% e 3,5% do PIB o déficit em conta corrente. Nos primeiros tempos do real, um déficit aceitável, segundo o discurso oficial, ficaria no máximo entre 2% e 2,5% do PIB. Essa avaliação poderia ser correta, mas a estratégia não era, pois faltava uma política de exporta-



ção e não havia mecanismos eficazes de defesa comercial. Todo o esforço foi concentrado na estabilização e no ajuste fiscal, como se o poder de competir fosse mera consequência da combinação dessas políticas com a abertura comercial. A equipe econômica parece haver descoberto, enfim, que essa suposição era falsa, mas a demora foi extremamente custosa para o País.

Essa demora explica, aparentemente, por que só há pouco tempo o governo passou a tratar a reforma tributária como assunto prioritário. Não se pode pensar em competitividade quando se mantém um sistema tributário que onera o investimento e a produção muito mais do que ocorre noutros países. O balanço dos problemas aponta dificuldades também noutras áreas da política. Reformas consideradas de importância fundamental, como a administrativa e a da Previdência, não estão concluídas. Falta, ainda, um exame crítico de como o Executivo cuidou desses assuntos no Congresso. O êxito do governo foi muito maior na condução de outros temas considerados muito difíceis, como a privatização de grandes empresas estatais.

O Executivo também não conseguiu, a não ser com expedientes de uso temporário, tornar mais flexível o orçamento público. Além disso, o gasto federal só foi contido porque o funcionalismo não tem reajuste há três anos.

Há aspectos positivos na ação governamental, que devem ser ressaltados. Avançou-se na solução da crise dos Estados. O governo da União pode ter conquistado, mediante acordos de refinan-

ciamento, meios para disciplinar os gastos estaduais.

Sem as reformas e a redução do déficit em conta corrente, não será possível vencer os obstáculos

Os congressistas têm grande responsabilidade na demora na aprovação das reformas. Mais do que divisões partidárias, o Congresso re-

flete a pluralidade de interesses corporativos e regionais de um enorme e variado mosaico social e econômico. Esse quadro, infelizmente, não é novo e só mudaria com uma profunda reforma política. Saber agir nesse ambiente em que os interesses privados e o corporativismo muitas vezes falam mais alto do que o interesse nacional é um dos problemas que os estrategistas do governo deveriam ter sempre levado em conta.